



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO DESEMPENHO  
EDUCACIONAL**

**SÉRGIO LOPES DE QUEIROZ**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO DESEMPENHO  
EDUCACIONAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014**

## RESUMO

Não se pode pensar em uma instituição de ensino e em educação de qualidade, sem os requisitos básicos necessários para que o ato de educar seja promovido. Para que a educação aconteça é imprescindível um ambiente escolar com uma infraestrutura capaz de promovê-lo, através de um padrão mínimo de qualidade. Este estudo aborda uma pesquisa referente à infraestrutura considerada necessária para o bom desenvolvimento do desempenho educacional, fato este que abrange resultados abaixo do esperado, por causada defasagem de alguns insumos básicos que interferem no bom funcionamento de algumas instituições de ensino em nossos países, afetando assim a qualidade da educação. A infraestrutura escolar é um dos muitos fatores que impactam a qualidade educacional e o desempenho dos alunos, por isso é preciso atentar-se para a necessidade de um maior envolvimento das lideranças de ensino em buscar meios para tornar as políticas públicas mais eficientes, com a determinação de proporcionar as mudanças necessárias a este cenário. A análise mostra que em Minas Gerais, em algumas escolas, as condições mínimas exigidas estão sendo cumpridas, mas muitas não conseguem atender a todas essas condições, estando a Escola Municipal "Olegário Maciel" incluída na falta de alguns destes requisitos indispensáveis para a qualidade do desempenho educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processo ensino; aprendizagem; infraestrutura escolar; desempenho educacional.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
2.0.0 IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NODESEMPENHOEDUCACIONAL.....	6
CONCLUSÃO.....	15
REFERÊNCIAS.....	17
ANEXO.....	18

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar os impactos que a infraestrutura escolar pode causar na qualidade da educação, pois, o ambiente físico da escola é um dos fatores que interfere no desenvolvimento educacional. Muitas escolas no Brasil não conseguem alcançar os padrões mínimos exigidos em termos de infraestrutura, para que possam proporcionar uma educação de qualidade a seus alunos.

Ao analisar a infraestrutura da Escola Municipal “Olegário Maciel” é possível observar, atualmente, por meio da atuação de uma gestão democrática e participativa, como a escola encontra-se bem equipada, com profissionais capacitados e comprometidos com o trabalho, embora necessite de adequações físicas para suprir suas necessidades.

A Escola Municipal “Olegário Maciel”, não possui sala apropriada para atender aos alunos do Programa Mais Educação, que iniciaram as atividades sem um espaço adequado para a realização das atividades. Também não conta com banheiros adaptados para o atendimento exigido, com chuveiros e nem adequações para os alunos da Educação Infantil. Na escola não há uma área coberta para a recreação dos alunos, ficando estes expostos ao sol ou com a recreação comprometida no período das chuvas. Não contamos com sala e banheiro para professores e funcionários, passando por dificuldades constantes com a escassez de água, que é utilizada de cisternas, sendo essa insuficiente para abastecer as necessidades básicas da escola, somadas à inexistência de uma rede de esgoto, sendo este escoado para a fossa que precisa ser esgotada regularmente.

Por se tratar de uma escola de pequeno porte, localizada em zona rural e com uma pequena clientela, algumas situações ficam restritas a questões burocráticas que dificultam alguns benefícios, entre eles a existência de telefone fixo e internet. Também não contamos com alarme, muro com cerca elétrica e concertina, vigia e porteiro ou qualquer outra forma de segurança.

Algumas exigências mínimas são necessárias para o funcionamento das instituições de ensino, sendo a existência destes insumos, um dos determinantes para a qualificação da escola e de seu desempenho educacional. Estudos mostram que a existência ou falta de alguns desses requisitos básicos interferem no resultado e na avaliação dos alunos, sendo que, esperasse que quanto mais bem equipada, localizada e estruturada a escola estiver, melhores sejam os seus resultados.

Por ser a Escola Municipal “Olegário Maciel”, uma unidade de pequeno porte, localizada em zona rural, com uma demanda mínima de alunos e a uma grande distância da sede do Município da Cidade de Esmeraldas, essa realidade esbarra em questões burocráticas que desfavorecem algumas práticas que poderiam viabilizar a melhoria na infraestrutura, favorecendo a eficácia escolar. Por sua localização de difícil acesso e a falta de transporte público a maioria dos profissionais que atuam na escola tem que se deslocar de grandes distâncias ou de outro município, no caso o de Sete Lagoas, em transporte próprio, para desenvolverem os trabalhos, por falta de pessoal qualificado, na comunidade rural onde a escola está inserida.

## 2.0 O IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO DESEMPENHO EDUCACIONAL

Muitos fatores são determinantes para a efetivação na qualidade da educação de uma instituição de ensino, como as condições socioeconômicas, a qualidade do ensino oferecido, o mobiliário escolar, uma alimentação de qualidade, a formação de professores, o material didático, a comunidade onde a escola está inserida, as práticas pedagógicas oferecidas em detrimento ao currículo escolar e a infraestrutura, pois são estas, entre outras, as bases que irão influenciar direta ou indiretamente, nas condições para o bom desempenho dos estudantes no processo educacional.

Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), descrevem que:

Promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. É importante proporcionar um ambiente físico, aqui denominado infraestrutura escolar, que estimule e viabilize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 1).

Na Constituição Federal (1988), consta em seu art. 206, que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 34).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 de 1996 prevê a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Muitas questões devem ser observadas, quando nos referimos à qualidade da educação, sendo que, muitos fatores podem influenciar neste processo, entre eles a clientela a ser atendida, a localização da unidade escolar, a classe econômica das famílias e o nível de escolaridade, a pedagogia adotada pela instituição educacional, a infraestrutura do estabelecimento de ensino, entre outros.

Sátyro e Soares (2007) descrevem que:

Vários indicadores educacionais apontam a existência de problemas associados à qualidade da educação no país. A proporção de alunos com desempenho escolar inadequado é grande. Apesar da quase universalização do acesso ao ensino fundamental ser uma conquista significativa e meritória de comemoração, o ensino aos quais estes jovens têm acesso sofre de sérios problemas. Pouco mais da metade dos alunos conclui o ensino fundamental. Apenas 40% de jovens entre 15 e 17 anos frequenta o ensino médio e outra parcela expressiva ainda permanece no ensino fundamental, agravando a defasagem escolar no último nível da educação básica. Essa é parte de uma longa listagem de indícios de falhas do sistema educacional em sua missão de educar e que ainda são muitos os alunos que pouco aprende e progridem lentamente ou abandonam a escola. (SÁTYRO E SOARES, 2007, p.11).

Outro fato relevante é que as unidades escolares precisam oferecer a seus profissionais da educação um suporte institucional eficiente para que estes possam desenvolver o seu trabalho, da melhor forma possível. Para que isso aconteça, entre estes vários fatores que são apontados ao se tratar da qualidade do ensino, a infraestrutura escolar, torna-se um dos fatores que pode influenciar direta ou indiretamente na eficácia escolar.

Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), estabelecem 24 itens que devem ser considerados na elaboração de uma escala de infraestrutura para as escolas de educação básica, entre eles:

Água consumida pelos alunos, abastecimento de água, abastecimento de energia elétrica, esgoto sanitário, sala de diretoria, sala de professor, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de atendimento especial, quadra de esportes coberta/descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, berçário, sanitário fora ou dentro do prédio, sanitário para educação infantil, sanitário para deficientes físicos, dependências para deficientes físicos, TV, DVD, copiadora, impressora, computadores e Internet. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 8).

Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), destacam quatro níveis de infraestrutura estabelecidos como elementar, básico, adequado e avançado, onde especificam que:

Infraestrutura escolar elementar: estão neste nível escolas que possuem somente aspectos de infraestrutura elementares para o funcionamento de uma escola, tais como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha. Infraestrutura escolar básica: além dos itens presentes no nível anterior, neste nível as escolas já possuem uma infraestrutura básica, típica de unidades escolares. Em geral, elas possuem: sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora. Infraestrutura escolar adequada: além dos itens presentes nos níveis anteriores, às escolas deste nível, em geral, possuem uma infraestrutura mais completa, o que permite um ambiente mais propício para o ensino e aprendizagem. Essas escolas possuem, por exemplo, espaços como sala de professores, biblioteca, laboratório de informática e sanitário para educação infantil. Há também espaços que permitem o convívio social e o desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil. Além disso, são escolas que possuem equipamentos complementares, como copiadora e acesso a internet. Infraestrutura escolar avançada: as escolas neste nível, além dos itens presentes nos níveis anteriores, possuem uma infraestrutura escolar mais robusta e mais próxima do ideal, com a presença de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades especiais. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 13).

Um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades educacionais é o ideal para que o aluno possa ter um melhor desempenho escolar. Para isso, algumas questões relacionadas à infraestrutura das escolas são primordiais, como os 24 itens que constroem a escala de infraestrutura das escolas de educação básica brasileira e os quatro níveis de infraestrutura.

Entre os itens citados é preciso mencionar a necessidade de salas de aula bem equipadas, ventiladas, com mobiliário e espaço físico adequado para a quantidade de alunos existentes, proporcionando assim, melhor qualidade para o processo de ensino aprendizagem, mas sabemos que muitas escolas estão longe de alcançarem o padrão ideal. Outro fato relevante é o espaço físico oferecido pelas dependências das escolas que acaba se tornando insuficiente para atender à demanda crescente de alunos que procuram vagas nas escolas que não comportam a quantidade de procura em detrimento às vagas que pode ofertar.

Muitas escolas possuem construções antigas e ainda não conseguiram adequar sua infraestrutura, sendo que muitos banheiros não oferecem as condições necessárias

para o uso dos alunos, principalmente os que utilizam a escola em tempo integral, sendo que alguns destes, não são adaptados para atender às crianças da educação infantil e muito menos aos estudantes portadores de necessidades especiais.

Muitas são as questões que envolvem a infraestrutura das escolas, fato este que interfere na qualidade do ensino e no desempenho escolar dos alunos, bem como a adequação à acessibilidade que é um requisito necessário para a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Na Escola Municipal "Olegário Maciel" desenvolve-se um trabalho com ênfase na formação integral dos alunos, procurando oferecer-lhes um ensino de qualidade, buscando estabelecer condições e estímulos para favorecer aos estudantes um bom desempenho educacional, mas muitas vezes algumas questões desfavorecem algumas escolas, principalmente as de pequeno porte, muitas dessas localizadas na zona rural, como é o caso da escola em questão.

Marri e Racchumi (2012) constataram que:

De acordo com o Censo Escolar, 2010, o Estado de Minas Gerais é constituído por 853 municípios e 17.514 estabelecimentos de ensino em todas as redes, representando 9% do total de estabelecimentos de ensino existentes no Brasil. Considerando a rede estadual é a segunda maior do país e possui 3.794 escolas em atividade, já o conjunto das redes municipais, com 7.200 escolas em atividade, é a quinta maior do país. Trinta e cinco por cento das escolas do ensino fundamental e médio são estaduais, ao passo que 65% das matrículas, são da rede estadual. Os dados de infraestrutura indicam que as redes estadual e municipal de Minas Gerais estão próximas de assegurar a existência de condições mínimas em todas as escolas. Apenas 5,4% (214) das escolas estaduais e 7% (418) das escolas municipais examinadas neste trabalho ainda não possuem pelo menos uma das condições mínimas. Das 214 escolas da rede estadual nessa situação, 63 estão localizadas no meio rural. Nos municípios, 86% de 478 escolas municipais que não possuem pelo menos uma das condições mínimas estão localizadas no meio rural. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 5-6).

A Escola Municipal "Olegário Maciel" em sua infraestrutura possui três salas de aula permanentes, dois banheiros de uso dos alunos e funcionários, uma pequena diretoria que também funciona como secretaria, uma biblioteca que é utilizada para todos os fins, como sala de apoio, vídeo, pesquisa, leitura, planejamento, atendimento aos alunos do Programa Mais Educação, entre outros,

uma pequena cozinha com depósito de mantimentos, um depósito de matérias, um refeitório, pátio e campo.

Em geral, as salas de aula da Escola Municipal “Olegário Maciel” são bem equipadas com lousa e armário, ventilador, mesas e cadeiras para professores e alunos. A cantina com fogão, geladeira, freezer, liquidificador, prateleira, micro-ondas, forno e utensílios como panelas, pratos, copos, garfos e colheres. A diretoria/secretaria está equipada com armário, arquivos, mesas, cadeiras, aparelho de som, ventilador, computador e impressora. A biblioteca com um mine acervo bibliográfico, material didático pedagógico, televisor com parabólica e aparelho de DVD, computador, impressora, ventilador, prateleiras, mesas e cadeiras, armário e arquivo. Ainda constituem-se aos bens da escola, bebedouros, mesas e bancos do refeitório, escada, cortador de grama, bombas de cisterna e micro system.

Em termos de infraestrutura, a Escola Municipal “Olegário Maciel”, necessita de algumas adequações, com a construção de uma sala para professores e banheiro para funcionários, sala para o atendimento dos alunos do Programa Mais Educação com almoxarifado para o armazenamento do material, área coberta para recreação, telefone fixo e internet, murro com cerca elétrica ou concertina, ampliação e adequação dos banheiros dos alunos, ampliação da cozinha e da diretoria, que funciona também como secretaria e estruturação do fornecimento de água e esgoto.

Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013) relatam que:

Há um percentual alto de escolas que não possuem requisitos básicos de infraestrutura, como sala de diretoria, sala de professor e biblioteca. Assim, fica transparente a necessidade de políticas públicas que visem a diminuir as discrepâncias e promover condições escolares mínimas para que a aprendizagem possa ocorrer em um ambiente escolar mais favorável. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 20).

A Escola Municipal “Olegário Maciel” funciona em prédio próprio, atendendo aos alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) aos do 1º ao 5º Ano, das séries iniciais do Ensino Fundamental, com um sistema de ensino organizado em séries, com processo de transição para o sistema de ciclos, onde o regimento está sendo

reestruturado, sendo algumas séries multisseriadas, dependendo da quantidade de alunos. Marri e Racchumi (2012) descrevem que:

As condições mínimas referem-se a um conjunto de elementos de infraestrutura cuja presença é indispensável em qualquer escola, independentemente do seu tamanho, nível de ensino e localização, são elas: sanitário (dentro ou fora do prédio) eletricidade (rede pública, gerador ou outros), água filtrada para consumo dos alunos; abastecimento de água (de rede pública, poço artesiano, cacimba, cisterna e poço, ou rio/igarapé/riacho ou córrego), esgoto sanitário (de rede pública ou fossa) e cozinha. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 5).

O quadro da escola é composto atualmente por doze funcionários, sendo destes, sete do corpo docente e cinco do administrativo. Entre o nível de formação dos profissionais, encontram-se quatro com curso superior completo, três com superior em curso, dois com ensino médio e três com o ensino fundamental.

Marri e Racchumi (2012) destacam que:

As condições básicas são adicionais às condições mínimas e aumentam a capacidade da escola de integrar-se à comunidade, de comunicar-se com o mundo e de realizar, com efetividade, o trabalho educativo. Essas condições constituem um modesto conjunto de exigências abaixo do qual se torna difícil alimentar a expectativa de bom desempenho das escolas e do sistema de ensino. São elas: quadra de esportes (para escolas que apresentam mais de 300 matrículas); acesso à internet; sala diretor ou sala de professor; biblioteca ou sala de leitura; laboratório de ciências ou de informática. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 5).

A Escola Municipal “Olegário Maciel” possuiu a Caixa Escolar denominada Caixa Escolar “Olegário Maciel”, com o CNPJ de nº 07.508.601/0001 – 59, criada em 2005, recebendo recursos FNDE/PDDE – que auxiliam na sua manutenção e organização estrutural e financeira. Somado a outros aspectos, as questões financeiras contribuem para a qualidade da educação e permitem a manutenção da infraestrutura da instituição de ensino. Diante dessa afirmação, referendamos Dourado, Oliveira e Santos (2009) afirmam que:

Estudos, avaliações e pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, e muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Estes documentos ressaltam, ainda, a complexidade da Qualidade da Educação bem como a sua mediação por

fatores e dimensões extraescolares, bem como intraescolares. (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2009, p. 6).

É possível observar múltiplas dimensões que interferem no ambiente escolar, formando todas elas um conjunto de ações que vão determinar a qualidade dos objetivos que se pretendem alcançar.

Muitos são os problemas enfrentados pelas instituições de ensino que comprometem a aprendizagem dos alunos, dando ênfase na infraestrutura escolar, Marri e Racchumi (2012), descrevem que:

Na rede estadual o principal problema identificado é a ausência de cozinha em 83 das 214 escolas, seguido de ausência de água filtrada em 74. Nas redes municipais, o principal problema identificado é a falta de esgotamento sanitário em 214 das 482 escolas. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 6).

De acordo com os dados acima citados é possível observar a realidade das escolas estaduais com a falta de cozinha em algumas escolas e a falta de água filtrada em outras, quanto às escolas municipais o principal problema concentra-se na falta de esgotamento sanitário em algumas escolas, sendo preciso ressaltar que a maioria das escolas, localizadas na zona rural não contam com este serviço.

No ano de 2013 a Escola Municipal “Olegário Maciel” foi contemplada com recursos para o desenvolvimento das atividades do Programa Mais Educação do FNDE/PDDE – Escola Integral que muito contribui para o desempenho educacional dos alunos, embora seja a escola desprovida estruturalmente de espaço físico e condições ideais para o desenvolvimento do projeto. Para Cavaliere (2007),

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido, ou seja, entendendo-se mais tempo como oportunidade de outra qualidade de

experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro. (CAVALIERE, 2007, p. 8 - 9).

O ambiente físico da Escola Municipal “Olegário Maciel” não possui as condições adequadas para o atendimento dos alunos em tempo integral, pois não dispõe de um espaço destinado a eles. A cantina é muito pequena, dificultando a agilidade no processo de preparo dos alimentos, e as cantineiras precisam se desdobrar para atender aos alunos com a alimentação escolar e as três refeições destinadas aos educandos do tempo integral, associado à limpeza e organização da escola, isso somado à falta de chuveiro e à precariedade dos banheiros que não possuem espaço suficiente para o uso de todos da escola, acrescido ao processo de escovação. Conforme destacam Sátyro e Soares (2007)

Ou seja, não resta dúvida de que a educação no campo conta com condições materiais muito inferiores à educação nas cidades, estejam ou não estas em zonas metropolitanas. Sendo todos os resultados educacionais na zona rural muito inferior aos das zonas urbanas, uma hipótese que estes dados levantam é que parte do atraso educacional nas zonas rurais se deve às condições materiais de ensino precárias. A necessidade de investigação nas relações entre infraestrutura e insumos no campo é, acreditamos o primeiro resultado desta pesquisa. (SÁTYRO E SOARES, 2007, p.39).

Em termos de infraestrutura, a maior dificuldade da Escola Municipal “Olegário Maciel” é o fato de não possuir uma área coberta destinada à recreação dos alunos, ficando estes, expostos ao sol ou sem a recreação desejada no período chuvoso. Outro agravante é a água que é fornecida por cisternas, que não possuem a quantidade suficiente para o número de usuários e a fossa que necessita de um esgotamento frequente e os professores não possuem uma sala específica para seu planejamento e nem banheiro reservado, tendo que utilizar o dos alunos. Marri e Racchumi (2021) afirmam que:

A situação é bem diferente quando se trata de avaliar como as escolas estão em relação às condições básicas de trabalho, que incluem os itens de quadra, acesso à internet, sala de professor ou diretor, biblioteca ou sala de leitura, e laboratório (de ciências ou informática). Das 3.794 escolas estaduais, 1.929 (51%) não possuem pelo menos uma das condições básicas e estão distribuídas por 607 municípios e, em 1.444 dessas escolas falta apenas um item para que elas atendam todos os requisitos. No caso dos municípios, o desafio é bem maior: o percentual de escolas municipais que não possuem pelo menos um dos itens de condição básica alcança 82%. Em termos absolutos, são 5.902 escolas distribuídas por 813

municípios. Em segundo lugar, existe um número muito grande de escolas (3.803) em que faltam 3 ou 4 itens para que elas tenham todas as condições básicas aqui contempladas. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 7).

Observa-se que de uma forma geral, muitas escolas ainda estão muito a quem dos requisitos básicos de infraestrutura necessária para um bom funcionamento. É preciso que haja uma maior atenção e posicionamento dos agentes envolvidos na área da educação para que as políticas públicas possam de fato desempenhar seu papel em prol de uma educação verdadeiramente de qualidade. Desta forma é possível constatar que as condições mínimas de infraestrutura são necessárias para o desenvolvimento educacional, pois sem elas essa qualidade torna-se remota.

## CONCLUSÃO

Estudos buscam analisar alguns fatores que podem influenciar no desempenho educacional. Entre estes, consta-se a infraestrutura da escola em relação a seu espaço físico, sua organização, disciplina, questões socioeconômicas e culturais, corpo docente e discente, alimentação, localização geográfica, a comunidade onde a escola está inserida, o mobiliário escolar entre outros.

Neste trabalho foi possível abordar alguns dados que constam pelo Censo Escolar a realidade de algumas escolas sobre a existência de requisitos necessários para que as instituições de ensino possam garantir uma educação de qualidade a seus alunos.

Foram analisadas algumas questões relacionadas à infraestrutura das escolas, que são primordiais para fornecerem um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades educacionais, para que o aluno possa ter um melhor desempenho escolar, entre eles os 24 itens que constroem a escala de infraestrutura das escolas de educação básica brasileira e os quatro níveis de infraestrutura estabelecidos como elementar, básico, adequado e avançado.

Contemplando a infraestrutura da Escola Municipal “Olegário Maciel”, levando-se em consideração sua equipe e clientela, a comunidade rural onde a escola está inserida, todas as pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem, uma gestão democrática e participativa, com todos os equipamentos adquiridos é possível constatar que a escola possui alguns dos requisitos básicos para oferecer uma educação de qualidade a seus alunos.

Mas, por outro lado, fazendo um levantamento sobre a estrutura do prédio escolar, levando em consideração que o prédio foi construído para atender uma demanda de mais ou menos 40 alunos em classes multisseriadas e que hoje possui uma média de 60 alunos, acrescidos pela Educação Infantil e mais 30 alunos atendidos em Tempo Integral, sem que adequações fossem feitas em seu espaço física é possível constatar que uma reforma faz-se necessária para que o trabalho possa ser desenvolvido de forma a proporcionar maior qualidade no ensino.

Em síntese é possível constatar que a infraestrutura das escolas é um requisito básico e imprescindível para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, pois seria contraditório pensar em uma educação de qualidade se os espaços escolares não apresentarem condições mínimas que favoreçam o desempenho educacional.

## REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 06/01/2015.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/\\_qualidade\\_da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/_qualidade_da_educacao.pdf). Acesso em 06/01/2015.

MARRI, Izabel; RACCHUMI, Julio. **Infraestrutura escolar e desempenho educacional em Minas Gerais: possíveis associações**. "Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012".

SÁTYRO, Natália; SOARES Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília, abril de 2007.

SOARES NETO, Joaquim José; JESUS, Girlene Ribeiro; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília – 2013. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988\\_05.10.1988/con1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf). Acesso em 06/01/2015.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL “OLEGÁRIO MACIEL”  
ESMERALDAS – MG**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
“OLEGÁRIO MACIEL”**

**NILVÂNIA DE CÁSSIA PAIXÃO SOUZA  
SÉRGIO LOPES DE QUEIROZ  
SUELI MOREIRA CUSTÓDIO**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
“OLEGÁRIO MACIEL”**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Sérgio Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
HISTÓRICO.....	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
1.1 Filosofia da Escola.....	07
1.2 Missão da Escola.....	08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
2.1 Estrutura Organizacional Física e Administrativa.....	08
2.2 Recursos Financeiros.....	09
2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	20
7. AVALIAÇÃO.....	21
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
9. REFERÊNCIAS.....	25

## INTRODUÇÃO

Analisando a estrutura física, administrativa e pedagógica da Escola Municipal “Olegário Maciel”, levando em consideração seu corpo docente e discente, a comunidade em que está inserida e todas as pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem, visualizamos a importância fundamental do Projeto Político Pedagógico para a instituição de ensino. Por muitos anos não tínhamos noção da dimensão do Projeto Político Pedagógico para a estruturação e organização da escola. Hoje, sabemos da sua importância como um instrumento orientador, sendo este o coração e a identidade da instituição escolar.

O Projeto Político Pedagógico é o instrumento norteador para as tomadas de decisões, quando elaborado em conjunto com a comunidade escolar, onde através da participação de todos, consolidará esta ação em um instrumento transformador da realidade da escola. Souza (2005), nos leva a refletir sobre o planejamento e o trabalho coletivo, descrevendo que:

As diversas alternativas de democratização que vêm sendo praticadas país afora, por vezes, esbarram na própria institucionalização da ideia, a ponto de a forma tomar o lugar do conteúdo, ou seja, a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação pública se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático. (SOUZA, 2005,p. 1).

A escola deve ser um local de diálogo e interação entre os indivíduos e o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico é uma ação que precisa priorizar a democratização, o diálogo e as tomadas de decisões de forma conjunta, considerando a participação da família. Diante desta ação conjunta abrem-se os portões da escola, onde alunos, pais e professores são convidados a fazerem parte dos conselhos escolares, tornando assim, a responsabilidade compartilhada. Como nos relata Souza (2005), quando descreve que:

De pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares, ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente

de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas. (SOUZA, 2005,p. 4).

O Projeto Político Pedagógico deve ser visto como a identidade da escola, procurando enraizar nos membros que atuam no ambiente escolar a disposição necessária para o processo de ensino aprendizagem, buscando dialogar e interagir com todos os envolvidos no processo educacional, onde as opiniões sejam respeitadas, estando todos os acordos relatados no documento que caracteriza a escola, que é o Projeto Político Pedagógico.

## HISTÓRICO

A Escola Municipal “Olegário Maciel” recebeu este nome em homenagem a “Olegário Dias Maciel”, político brasileiro nascido em Bom Despacho - Minas Gerais, em 06 de outubro de 1.855, pertencente a uma família influente nas lutas políticas do Estado Montanhês.

A Escola Municipal “Olegário Maciel” integra-se à Rede de Ensino Municipal de Esmeraldas, recebendo sua autorização de funcionamento como unidade de ensino de 1º grau (1ª a 4ª série), através da Lei Municipal nº 467/1967. Port. Aut. Nº 061/80 - Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Port. Aut. Nº 23/2.011 - Ensino Infantil. Localizada na Avenida Um, Nº 1.956 - Vale Bom Jesus, Esmeraldas, MG. Possuindo o E - mail: emolegariomaciel@yahoo.com.br, com a Caixa Escolar denominada, Caixa Escolar “Olegário Maciel”, tendo o CNPJ de nº 07.508.601/0001 – 59.

Na escola supracitada atendemos uma média de 60 alunos da Educação Infantil ao 5º Ano das séries iniciais do Ensino Fundamental e 30 alunos do 1º ao 5º Ano no Programa Mais Educação, com um total de 12 funcionários, sendo 07 do corpo docente e 05 do administrativo.

O espaço físico da Escola Municipal "Olegário Maciel" é composto por três salas de aula, dois banheiros, uma diretoria/secretaria, uma biblioteca, uma cozinha com depósito de mantimentos, um depósito de matérias, um refeitório, pátio e campo.

Na referida escola, atendemos aos alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) e aos alunos do 1º ao 5º Ano, das séries iniciais do Ensino Fundamental, com um sistema de ensino organizado em séries, com processo de transição para o sistema de ciclos, onde o regimento está sendo reestruturado.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Olegário Maciel” (2014), está descrito sobre a comunidade onde a escola está inserida que:

A Escola Municipal “Olegário Maciel”, esta inserida numa comunidade onde as condições socioeconômicas são relativamente favoráveis ao meio em que vivem. Tratando – se de zona rural, as questões básicas como emprego, moradia, lazer e saúde estão bem encaminhadas. As atividades que os alunos praticam fora do ambiente escolar giram em torno de festas religiosas, eventos populares e programas de TV. A maioria dos trabalhadores exerce suas funções em sítios, na pousada, na fábrica de iogurte, no condomínio e na cidade, sendo que a minoria exerce atividades em propriedades rurais e o índice de desemprego é pequeno. A presença das mães no mercado de trabalho é um acontecimento social comum, embora a maioria não possua qualificação profissional claramente definida. O nível de escolaridade da comunidade varia do analfabetismo ao ensino fundamental e médio. De modo geral, em seu convívio familiar, as crianças têm pouco acesso ao conhecimento sistematizado, sendo assim, é confiada à escola uma educação cultural dinâmica e atualizada. A comunidade conhece e vivencia os esforços dos profissionais da educação para alcançarem com êxito os objetivos propostos. (Projeto Político Pedagógico da E. M. “Olegário Maciel”, 2014, p. 16).

De uma forma geral, nossos alunos ainda são muito tranquilos, devido ao ambiente rural em que vivem afastados das grandes agitações dos centros urbanos. Atendemos aos alunos na faixa etária de 04 a 10 anos e não possuímos grandes problemas referentes à indisciplina.

No texto, A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, Oliveira (2010), descreve que:

Há de se discutir, portanto, o sentido do que seja o PPP. Gadotti (1994) observa que fazer um projeto significa lançar-se para frente, antever o futuro. O projeto é, pois, um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa. Nesta direção, Veiga (1996; 1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. (OLIVEIRA, 2010, p. 1 - 2).

Neste sentido, procuramos estabelecer, com o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Olegário Maciel”, estruturas que forneçam meios de desenvolvimento educacional à referida escola, buscando a garantia de um ensino de qualidade para os nossos educandos, de forma participativa, em vias de uma gestão democrática.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

Pensar sobre as finalidades da escola, nos leva a refletir sobre o que está escrito no art. 205 de nossa Constituição Federal de (1988), onde consta que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 69).

Nesta perspectiva, na Escola Municipal “Olegário Maciel”, buscamos meios para garantir o pleno desenvolvimento não só dos nossos alunos, mas de toda a comunidade escolar, procurando aprimorar o exercício da cidadania, bem como a qualificação para o trabalho.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Olegário Maciel” (2014), está descrito na missão da escola que:

O papel desempenhado pela equipe de educadores da Escola Municipal “Olegário Maciel”, no processo educacional, tem como objetivo principal oferecer um ensino de qualidade para que o aluno possa se tornar um cidadão crítico e participativo na sociedade. Pela qualidade das posturas administrativas e pedagógicas ministradas na escola, buscamos proporcionar ao educando uma formação que possa garantir o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autorrealização, capacitando-o para enfrentar as dificuldades e solucionar problemas do seu cotidiano. (Projeto Político Pedagógico da E. M. “Olegário Maciel”, 2014, p. 6).

Percebe-se que o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Olegário Maciel”, busca qualidade no processo de ensino aprendizagem, contudo, observa-se que há dificuldades em relação aos nossos alunos que estão inseridos na área rural e que o dia-a-dia, muito difere dos alunos dos grandes centros urbanos. Por isso,

procuramos desenvolver um trabalho que possa inseri-los no mundo globalizado e tecnológico orientando-os sobre as necessidades de uma formação de qualidade para que possam ter condições para pleitear uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Nos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Olegário Maciel” (2014), consta que:

Como espaço específico do saber, abrimos perspectivas para formação do cidadão enfocando: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Valorização da experiência extra – classe e extra – escolar; Enriquecimento da bagagem sociocultural dos alunos a partir das interações com a realidade; Busca constante de condições e oportunidades de crescimento para que, não só o aluno torne – se capaz de exercitar sua condição de cidadão, mas também os educadores e todas as pessoas da comunidade que participam do processo escolar. (Projeto Político Pedagógico da E. M. “Olegário Maciel”, 2014, p. 7).

Desta forma, procuramos exercer uma política de educação que envolva a totalidade, onde a escola sendo um ponto de apoio à comunidade possa desempenhar não só o seu papel institucional, mas estender sua ação social, dando apoio à comunidade onde está inserida. Neste sentido, Cury (2006), ao referenciar o artigo 205 da nossa Constituição Federal, descreve que:

Como se trata de um direito reconhecido é preciso que ele seja garantido e, para isto, a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições. (CURY, 2006, p. 3).

Diante desta colocação, podemos refletir com base no fato de que não basta apenas constar em lei os direitos do cidadão, mas é preciso que ele seja garantido, estando inscrito em nossos corações, para que possamos desempenha-lo e desta forma proporcionar às nossas escolas as condições necessárias para exercer a sua finalidade com base nas exigências da atualidade.

## **1.1 Filosofia da Escola**

Como filosofia a Escola Municipal “Olegário Maciel”, determina-se a:

Criar uma cultura avaliativa com uma nova forma de entender a escola e sua função, deixando de ser apenas uma classificação de alunos, para se tornar um espaço de vivência, aprendizagem e de construção do conhecimento, utilizando-se para isso, de um trabalho coletivo. (Projeto Político Pedagógico da E. M. “Olegário Maciel”, 2014, p. 5).

## **1.2 Missão da Escola**

A Escola Municipal “Olegário Maciel” tem como missão, procurar:

Oferecer um ensino de qualidade para que o aluno possa se tornar um cidadão crítico e participativo na sociedade, buscamos proporcionar ao educando uma formação que possa garantir o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autorrealização, capacitando-o para enfrentar as dificuldades e solucionar problemas do seu cotidiano. (Projeto Político Pedagógico da E. M. “Olegário Maciel”, 2014, p. 6).

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Sabemos que a qualidade do ensino aprendizagem de uma escola, está diretamente ligada à sua estrutura organizacional administrativa e pedagógica, pois são através destas estruturas que serão geradas as condições para o bom êxito e desempenho do processo educacional. Na unidade escolar em que atuamos, temos como função e responsabilidade a formação integral dos alunos que nos são confiados, com a missão de lhes oferecer um ensino de qualidade, procurando estabelecer condições e estímulos para favorecer o seu bom desempenho.

### **2.1 Estrutura Organizacional Física e Administrativa**

A Escola Municipal “Olegário Maciel” funciona em prédio próprio com três salas de aula permanente, uma biblioteca, uma diretoria/secretaria, um depósito de merenda, um depósito de materiais e utensílios, uma cantina, dois banheiros para uso dos alunos e funcionários, uma varanda, um refeitório, um pátio, um palco para apresentações artísticas, um campinho de futebol com parquinho e uma horta com jardim.

As salas de aula são equipadas com lousa e armário, ventilador, mesas e cadeiras para professores e alunos. A cantina com fogão, geladeira, freezer, liquidificador,

prateleira, micro-ondas, forno e utensílios como panelas, pratos, copos, garfos e colheres. A secretaria/diretoria está equipada com armário, arquivos, mesas, cadeiras, aparelho de som, ventilador, computador e impressora. A biblioteca com um mine acervo bibliográfico, material didático pedagógico, televisor com parabólica e aparelho de DVD, computador, impressora, ventilador, prateleiras, mesas e cadeiras, armário e arquivo. Ainda constituem-se aos bens da escola, bebedouros, mesas e bancos do refeitório, escada, cortador de grama, bombas de cisterna e micro system, possuindo assim, na escola uma infraestrutura capaz de atender as suas necessidades.

O quadro da Escola Municipal “Olegário Maciel” é composto atualmente por doze funcionários, sendo destes, sete do corpo docente e cinco do administrativo. Os cursos de capacitação, repassados pela Secretaria Municipal de Educação, tem participação efetiva dos funcionários da escola devido ao interesse de atualização.

Entre o nível de formação dos profissionais da escola, encontram-se quatro com curso superior completo, três com superior em curso, dois com ensino médio e três com o ensino fundamental.

## **2.2 Recursos Financeiros**

A Escola Municipal “Olegário Maciel” possuiu a Caixa Escolar denominada Caixa Escolar “Olegário Maciel”, com o CNPJ de nº 07.508.601/0001 – 59, criada em 2005. Desta forma recebemos recursos do FNDE/PDDE – Manutenção da Caixa Escolar e pelo fato da escola estar inserida no Projeto Escola Ativa que visa a melhoraria no Processo de Ensino Aprendizagem das Escolas do Campo, a escola recebeu em 2011, o recurso do FNDE/PDDE – Escola do Campo e em 2014 fomos beneficiados com a verba referente ao FNDE/PDDE - Estrutura/Escola Acessível destina às escolas que possuem a sala de recursos multifuncionais.

No ano de 2013 a escola foi contemplada com recursos para o Programa Mais Educação do FNDE/PDDE – Escola Integral e entre estes recursos financeiros, contamos ainda com a arrecadação feita na festa junina.

Aliada a várias dimensões, as questões financeiras contribuem para a qualidade da educação. Neste sentido, Dourado, Oliveira e Santos (2009), nos informam que:

Estudos, avaliações e pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, e muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Estes documentos ressaltam, ainda, a complexidade da Qualidade da Educação bem como a sua mediação por fatores e dimensões extraescolares, bem como intraescolares. (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2009, p. 6).

Diante desta colocação, podemos observar as múltiplas dimensões que envolvem o ambiente escolar, estando interligadas de tal forma que uma depende da outra para que juntas, possam gerar as condições necessárias para o bom êxito e desempenho do processo educacional.

### **2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica**

A Escola Municipal “Olegário Maciel”, não possui problemas relacionados com a quantidade de vagas e ingresso na escola, pois nossa demanda é restrita, mantendo um faixa de mais ou menos sessenta alunos. É preciso ressaltar que todos os anos o cadastro escolar é feito, para que se possa ter uma estimativa das matrículas para o ano seguinte.

Os alunos são enturmados por faixa etária, em seus respectivos anos, podendo ser as salas multisseriadas ou não, dependendo da quantidade de alunos, que varia entre o mínimo de oito e o máximo de vinte por turma, sendo destinado a cada turma um professor regente, que desenvolve as atividades com as disciplinas de português, matemática, ciências, educação religiosa, artes e literatura, um professor do tempo pedagógico que trabalha com as disciplinas de história e geografia e o professor de educação física.

A escola funciona no turno matutino, atendendo aos alunos do 3º ao 5º ano e no turno vespertino, com os alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) e os alunos

do 1º e 2º ano, ressaltando que destes alunos, trinta do 1º ao 5º ano, participam do Programa Mais Educação, permanecendo na escola em tempo integral.

As reuniões pedagógicas entre professores e a direção ocorrem conforme estipulado no calendário escolar de acordo com as necessidades da escola. Quando necessário, aproveitamos o dia do planejamento do professor para as intervenções individuais.

As reuniões com a comunidade ocorrem sempre no início do ano letivo, para as deliberações do currículo escolar, no final do ano letivo para o encerramento, após o fechamento dos bimestres para a avaliação do desempenho educacional e em convocações individuais quando as intervenções são necessárias. Também procuramos aproveitar sempre os eventos estudantis para esclarecimentos e o uso constante de bilhetes para os informes.

Quanto ao planejamento pedagógico, seguimos as orientações da Proposta Pedagógica do município que foi elaborada em conjunto com os professores e pedagogas da Secretaria Municipal de Educação de Esmeraldas, que são repassadas em reuniões de capacitação para os docentes. Além da Proposta Pedagógica, seguimos nossa rotina de trabalho desenvolvida na escola e adequada de acordo com a nossa realidade, tendo o professor autonomia para desenvolvê-la, com a orientação e o acompanhamento da direção escolar, visto que no quadro da escola não possuímos o pedagogo e nem o supervisor ou orientador, considerando importantes os níveis de planejamento, tanto individual quanto coletivo. Ao se pensar nesta maneira de planejar, cabe referendar Souza (2005), quando descreve que:

“Seria possível, então, pensar uma concepção de planejamento educacional articulada, de fato, a princípios democráticos comprometidos com um projeto de educação emancipatório? Que pressupostos e métodos deveriam estar contidos nessa concepção? Certamente entre esses pressupostos e métodos estariam: a construção de uma direção política e pedagógica de forma transparente e coletiva; o diagnóstico e as prioridades dela resultantes definidos de forma participativa, extensiva a todos os aspectos da ação educacional: financiamento, currículo, avaliação etc.; o conhecimento amplo da realidade para a qual se planeja; a definição de objetivos de forma consistente e articulada às ações; o acompanhamento sistemático e coletivo das ações implementadas, com o fim de

redirecionamento, sempre que necessário; e, sobretudo, a construção da autonomia das escolas, pautada em um projeto educativo consensual, comprometido com uma educação emancipatória”. (SOUZA, 2005, p. 3).

Desta forma podemos refletir sobre uma proposta de planejamento articulado, de forma democrática, transparente e coletiva, onde a escola englobe a totalidade, com objetivos e ações que possam gerar autonomia para o desenvolvimento das atividades escolares. Esta é a proposta que procuramos vivenciar na Escola Municipal “Olegário Maciel”, buscando fornecer aos nossos alunos uma educação de qualidade pautada nas exigências da atualidade.

### **3. CURRÍCULO**

Na Escola Municipal “Olegário Maciel” e em toda a rede municipal de ensino de Esmeraldas, recebemos as diretrizes curriculares que nos são repassadas pela Secretaria de Educação do Município. Contudo, ao refletirmos sobre o que nos diz Sacristan (2000), constatamos que:

As indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. Cabe a nós, como profissionais da Educação, encontrar respostas. (SACRISTAN, 2000, p. 9).

Endossando o que Sacristan (2000) nos diz que “os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos”, procuramos nesta perspectiva desenvolver um trabalho que seja articulado dentro da realidade e das necessidades dos nossos educandos, após realizarmos uma sondagem e um diagnóstico que relate as suas necessidades.

No município de Esmeraldas a Proposta Curricular foi elaborada e reformulada em reuniões com professores e pedagogos, com o objetivo de auxiliar na execução do trabalho pedagógico nas escolas, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos Cadernos do CEALE/UFMG e na Matriz Curricular da SEEMG, justificando-se

pela presença dos eixos, temas e habilidades das matrizes de referência das avaliações externas, SIMAVE, PROEB, SAEB e ANRESC, por influenciar decisivamente na qualidade do ensino do município.

No Município de Esmeraldas, procuramos trabalhar de forma articulada onde todas as escolas possam estar interligadas com a mesma Proposta Curricular, não se diferenciando muito umas das outras. Como a Proposta Curricular foi elaborada e reformulada a muitas mãos, existe essa consonância com as realidades aparentes, auxiliando a execução do trabalho pedagógico com base nos eixos que retratam as exigências atuais.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Olegário Maciel” (2014), em seus fundamentos e aspectos legais, consta que:

O Ensino Fundamental, com duração de 09 anos, obrigatório e gratuito, tem como objetivo a formação básica do aluno mediante: O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores, em que se fundamenta a sociedade; O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista, a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; O fortalecimento dos vínculos familiares e dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca, em que se baseia a vida social. (Projeto Político Pedagógico da E. M. “Olegário Maciel”, 2014, p. 8).

Desta forma, como profissionais da educação, procuramos desenvolver, conforme o ensino proposto pela LDB, uma educação que propicie a todos a formação básica para o exercício da cidadania.

Ao realizar uma reflexão sobre a prática do dia-a-dia da escola, Sacristan (2000) nos informa que:

Cabe destacar que a palavra currículo tem sido também utilizada para indicar efeitos alcançados na escola, que não estão explicitados nos planos e nas propostas, não sendo sempre, por isso, claramente percebidos pela comunidade escolar. Trata-se do chamado currículo oculto, que envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Fazem parte do currículo oculto, assim, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os alunos por grupamentos e turmas, mensagens implícitas nas

falas dos (as) professores (as) e nos livros didáticos. São exemplos de currículo oculto: a forma como a escola incentiva à criança a chamar a professora (tia, Fulana, Professora etc.); a maneira como arrumamos as carteiras na sala de aula (em círculo ou alinhadas); as visões de família que ainda se encontram em certos livros didáticos (restritas ou não à família tradicional de classe média). (SACRISTAN, 2000, p. 18 - 19).

Diante desta colocação, consideramos o trabalho desenvolvido com os temas transversais, na Escola Municipal “Olegário Maciel”, englobado dentro do chamado currículo oculto, que faz parte do desenvolvimento educacional, na busca de propiciar aos nossos alunos uma educação de qualidade que possa garantir a eles uma visão de mundo, dentro da atualidade que nos envolve.

Na Escola Municipal “Olegário Maciel” nós não adotamos a metodologia de trabalho com projetos longos, pois nos orientamos pela Proposta Pedagógica e pelo livro didático, aplicando as atividades pertinentes. Mas, de acordo com as necessidades, elaboramos pequenos projetos com atividades para serem desenvolvidas conforme o tema em vigor, seguindo a rotina da escola em articulação com o calendário escolar, com as datas comemorativas, eventos e outros que possam surgir, dentro dos cursos de capacitação, intervenções ou necessidades aparentes, como quadrilha, copa, programa semeando, feira, Folclore, PIP, Pro Letramento, PNAIC, Escola Ativa, OCEMG entre outros.

No ano de 2013 a escola foi inserida no Programa Mais Educação, instituída pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Em nosso plano de atendimento, desenvolvemos as atividades com os alunos do 1º ao 5º ano, totalizando 30 alunos atendidos.

Entre as atividades a serem desenvolvidas, constam até o presente momento: Memória e história das comunidades tradicionais / capoeira; Cultura, artes e educação patrimonial / brinquedos e artesanato regional; Esporte e lazer / recreação

e lazer / brinquedoteca e etnojogos; Acompanhamento pedagógico (obrigatório) / campos do conhecimento.

Com a educação em tempo integral, temos como objetivo principal, estimular nossos alunos e favorecer uma educação de qualidade aprimorando sua desenvoltura e socialização.

Na Escola Municipal “Olegário Maciel” já houve um trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, com um currículo específico para suas necessidades, conforme nos foi repassado pela Secretaria Municipal de Educação de Esmeraldas. Como a escola é de difícil acesso no período noturno, tanto para os alunos quanto para os educadores, a oferta foi extinta com a colação da última turma. Visto que, começamos com quarenta alunos e terminamos com apenas quatro e pelo fato de possuímos na localidade o escolar que transporta os alunos para outra escola do município que oferece este atendimento especializado, não justificando a permanência e o gasto com a oferta, em nossa unidade escolar.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Na Escola Municipal “Olegário Maciel” como em toda rede municipal de ensino de Esmeraldas, o ano letivo está organizado em bimestres, sendo as disciplinas articuladas de acordo com o Plano Curricular. Para a Educação Infantil, consta a duração de módulo de 30 minutos, a regência de turma em 4 horas, com um total de 200 dias letivos e uma carga horária de 800 horas. Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a duração do módulo é de 60 minutos, com um total de 200 dias letivos e uma carga horária de 800 horas.

Para o trabalho com as disciplinas é feito uma divisão das matérias em determinados dias, buscando comodidade aos alunos para que não tenham que carregar a mochila com todo o material, organizando o tempo escolar de forma a proporcionar o planejamento da professora regente, bem como os horários estipulados para a educação física e as aulas da professora do tempo pedagógico.

O atendimento no Turno Matutino é realizado para os alunos do 3º ao 5º Ano, sendo a entrada às 07 horas e 20 minutos, o recreio às 09 horas e 40 minutos, com duração de 20 minutos e a saída às 11 horas e 40 minutos. No turno vespertino, atendemos à Educação Infantil (1º e 2º Período) e ao 1º e 2º Ano, sendo estes multisseriados, com a entrada às 12 horas, o recreio às 14 horas, com duração de 20 minutos e a saída às 16 horas e 20 minutos.

Como descrito no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Esmeraldas, Lei nº 2364/2011, a carga horária semanal de trabalho do servidor que ingressar em cargo das carreiras dos Profissionais de Educação Básica, descrito no Art. 25, será de vinte e quatro horas semanais, para as carreiras de Professor de Educação Básica e Pedagogo.

No ano de 2013, iniciamos os trabalhos com os alunos do tempo integral. Cavaliere (2007) relata em seu texto, Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública, que:

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido, ou seja, entendendo-se mais tempo como oportunidade de outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro. (CAVALIERE, 2007, p. 8 - 9).

Sabemos que o nosso espaço escolar não tem as condições necessárias para o atendimento dos alunos do Tempo Integral, conforme deveríamos, pois não dispomos de uma área coberta para o desenvolvimento das atividades extraclasse. Mas quando pensamos que sempre nos foi dado tão pouco, essa conquista é para nós um avanço muito grande. Com criatividade e disposição vamos adaptando ao espaço que possuímos e a qualidade do atendimento com as oficinas, alimentação,

atendimento educacional e o empenho dos envolvidos, superamos algumas dificuldades.

Na Escola Municipal “Olegário Maciel” durante os turnos, os estudantes são recebidos e se encaminham para suas respectivas salas. Salientamos que a Escola possui três salas de aula, utilizadas pelas turmas do turno matutino e vespertino. No período integral atendemos aos alunos do Programa Mais Educação, que utilizam a biblioteca no turno matutino para as atividades que requerem sala de aula, sendo esta intercalada às necessidades de utilização de outras turmas e ao planejamento dos professores, pois na escola não contamos com a sala destinada a eles. O pátio, o campo e o refeitório também estão destinados para as oficinas que são realizadas neste programa e para o lazer dos demais alunos durante os intervalos. No turno vespertino, uma das três salas fica ociosa, e esta é disponibilizada para os alunos do Programa Mais Educação. Neste turno a biblioteca é acessível para os trabalhos escolares ou pesquisas que são feitas pelos alunos da comunidade, para o atendimento da bolsa família e aos recursos multifuncionais contemplados a esta instituição de ensino.

Na escola, assim como, em toda a rede municipal de Esmeraldas, os níveis de ensino estão organizados em sistema de seriação, mas é preciso ressaltar que estamos passando por um processo de transição para o sistema de ciclos, onde o regimento está sendo reestruturado.

Desde o ano de 2012, além do professor regente da turma, o quadro docente foi acrescido com o Professor do Tempo Pedagógico, que trabalha com as disciplinas de História e Geografia, tendo o professor regente o tempo destinado ao seu planejamento, como determinado no Plano de Cargos e Carreira do Município de Esmeraldas.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO**

Para entender a organização da Escola Municipal “Olegário Maciel” é preciso compreender o contexto em que ela está inserida, sendo uma escola localizada na

zona rural, distante do centro do município, que atende da Educação Infantil ao 5º Ano das séries iniciais do Ensino Fundamental. Conta com uma quantidade pequena de alunos, onde por muito tempo foi conduzida por uma professora coordenadora, posteriormente por gestores indicados pelos prefeitos em exercício, gerando um ambiente, onde prevaleceram por muitos anos, questões político-partidárias. Apenas agora, após a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), e com o processo de eleição direta para gestores é que a escola atingiu um patamar democrático.

Hoje podemos dizer que a gestão da escola é participativa, procurando envolver toda a comunidade escolar no processo de ensino aprendizagem, bem como, os funcionários e o colegiado nas tomadas de decisões.

É preciso ressaltar que seguimos as orientações que nos são repassadas pela Secretaria Municipal de Educação de Esmeraldas, que por sua vez, segue as orientações estaduais, oriundas da Superintendência de Ensino, mais especificamente da Metropolitana B. Todas as ações relacionadas ao Calendário Escolar, dia “D”, Planejamento, Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), Regimento e outras, que nos são destinadas por meio da Secretaria Municipal de Educação de Esmeraldas, são partilhadas com a equipe escolar, onde as analisamos em conjunto, procurando chegar a um consenso e executá-las da melhor forma possível.

Na Escola Municipal “Olegário Maciel”, possuímos um quadro pequeno de professores, bem como equipe pedagógica, a direção e secretaria. Por não possuir pedagogos, supervisores ou coordenadores, as funções que seriam a eles delegadas, acabam por ficar a cargo da direção, tornado o trabalho mais desgastante, sendo este possível, pelo fato da escola poder contar com uma equipe de professores comprometida e podendo assim, a direção dividir a responsabilidade com sua equipe.

Como citado por Japecanga (2000), concernente ao processo de democratização das relações de trabalho na escola pública básica, a autora descreve que:

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPECANGA, 2000, p. 6).

Desta forma, podemos constatar que se a gestão não descentralizar as funções e obrigações, dividindo assim a responsabilidade procurando consolidar a autonomia, de nada adiantará a proposta para uma gestão democrática e participativa, caso contrário, reinará a hierarquia onde apenas uma pessoa considerar-se-á detentora do saber e possuidora do poder.

Na Escola Municipal “Olegário Maciel”, além da equipe de professores que participa efetivamente nas questões pedagógicas, contamos com o apoio da secretaria e da coordenadora do Programa Mais Educação que participam juntamente com a direção nas tomadas de decisões e na resolução de problemas.

Quanto aos órgãos deliberativos que atuam diretamente na referida escola, contamos apenas com o colegiado escolar que é acionado sempre que necessário, principalmente para a deliberação de recursos e a fiscalização da prestação de contas.

Na busca da democracia nos processos de decisão estabelecidos na escola, vale ressaltar o que nos aponta Japecanga (2000) ao nos informar que:

A democracia não surge por acaso, bem como escolas democráticas, resultam de muitas lutas, conflitos e esperanças de uma sociedade, de escolas alternativas. Vale salientar que compreendemos a participação como um processo em que todos aqueles diretamente envolvidos têm o direito de tomar decisões no interior de uma dada organização. E no interior das escolas públicas faz-se necessário rever a esta ideia de participação que durante algum tempo foi bastante distorcida. (JAPECANGA, 2000, p. 6).

Por muitos anos, vivenciamos e aprendemos com situações das quais não gostaríamos de tornar a vivenciar, por isso, procuramos, no ambiente escolar, estabelecer relações democráticas, onde um possa ser o amparo do outro.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Na Escola Municipal “Olegário Maciel”, atendemos no turno matutino os alunos do 3º, 4º e 5º Ano e no turno vespertino os alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) e do 1º e 2º Ano, sendo as turmas deste turno multisseriadas. Durante os turnos, permanecem na escola em tempo integral, os alunos do Programa Mais Educação.

Para cada turma há o professor gerente e o professor do tempo pedagógico que é intercalado para que o professor regente tenha o tempo dedicado ao seu planejamento. Contamos ainda com o professor de educação física e a professora responsável pelo Programa Mais Educação.

Entre os profissionais da escola, na parte administrativa, contamos com a direção, a secretaria e três funcionárias para os serviços gerais. Todos procurando exercer suas funções com presteza e determinação, num ambiente solidário, mas onde pessoas atuam, alguns conflitos são inevitáveis.

Quanto aos conflitos existentes, procuramos solucioná-los através do dialogo, não só entre funcionários, mas também com os alunos. Quando se faz necessário, algumas atividades são restritas aos alunos que “infringem” as regras, como forma de intervenção. Se a questão for mais séria a família é acionada para comparecer na escola, para que juntos possamos tomar as medidas necessárias.

Tratando da participação popular nas escolas que possuem uma gestão democrática, Sposito (2005) nos diz que:

A gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração. Este é o seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. A abertura dos portões e muros escolares deve estar acompanhada da nova proposta pedagógica que a exija. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões esvaziadas de qualquer conteúdo substantivo. (SPOSITO, 2005, p. 55).

Desta forma, como citado pela autora, procuramos na gestão democrática essa “*transformação das práticas escolares*”, onde as normas devem estar bem

estabelecidas, tanto para os funcionários quanto para os alunos, como rege o Regimento e o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino. Para tanto é preciso conscientizar a família sobre as normas existentes e “*abrir os portões da escola*” não só para as questões que envolvem a indisciplina dos alunos, mas para as que estão relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

A Escola Municipal “Olegário Maciel” está passando por mudanças e a estruturação deste processo é primordial para a garantia de um bom resultado em âmbito organizacional e educacional. A escola através de seus representantes procura meios para estreitar as distâncias e tornar a comunidade mais participativa e atuante.

## 7. AVALIAÇÃO

Na Escola Municipal “Olegário Maciel”, buscamos uma forma de avaliação que considere o conhecimento prévio do aluno, tendo como princípios a avaliação diagnóstica, e através dela, traçamos metas e intervenções pedagógicas, garantindo assim o bom desenvolvimento do educando, bem como, a avaliação formativa e a qualitativa, sendo estas aplicadas continuamente, para o acompanhamento da aprendizagem. Considerando as ideias de Navarro(2004), acerca da avaliação enquanto processo e produto, pode-se constatar que:

Na avaliação a ser empreendida pelo Conselho Escolar, há de se considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. (NAVARRO, 2004, p. 1).

Temos essa consciência expressa na realidade em que nossos alunos estão inseridos, e tomamos o mesmo cuidado para com os alunos que vêm de outras regiões. Realizamos um diagnóstico do seu conhecimento prévio, para dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem, dentro de suas necessidades.

Após o diagnóstico, os alunos são avaliados de acordo com seu desenvolvimento no decorrer do percurso, com atividades pertinentes, trabalhos, provas dentro dos conteúdos estudados, intervenções e outros. Temos o cuidado de registrar através

de relatórios a desenvoltura do aluno, acompanhando assim o seu desenvolvimento e procurando meios para sanar as suas dificuldades, como citado pela autora Navarro (2004), quando descreve que:

Para avaliar algum objeto é fundamental que sejam estabelecidos critérios. Caso contrário, não se saberá o que olhar o que observar e, nem mesmo, o que perguntar. Assim, no acompanhamento corresponsável do desenvolvimento do processo educativo, cabe ao Conselho Escolar identificar os aspectos a serem avaliados e quais os que podem ser considerados adequados ao trabalho desenvolvido. (NAVARRO, 2004, p. 1).

No decorrer do ano letivo, os alunos são avaliados a cada bimestre por seus docentes, e os resultados proporcionam a autoavaliação da prática pedagógica do professor, favorecendo a análise da conduta na escola, onde visualizamos a objetividade dos métodos utilizados e reavaliamos a metodologia empregada, buscando alcançar melhores resultados, tanto para as avaliações internas quanto para as externas, assim como, nos descreve Navarro (2004), quando cita que:

Ao desenvolver uma avaliação própria, além das demandadas pelos respectivos sistemas de ensino, o Conselho Escolar acaba por estabelecer a melhor estratégia para esse acompanhamento. Vale ressaltar a necessidade de situar a abrangência da avaliação, de acordo com as possibilidades concretas da escola. (NAVARRO, 2004, p. 2).

Quanto às avaliações externas, temos a preocupação em preparar não só os nossos alunos, mas conscientizar toda a comunidade escolar sobre sua importância, conseguindo desta forma, garantir a presença da maioria dos alunos no dia das avaliações. Quanto às avaliações internas, se o aluno não tem a oportunidade de realizá-la no dia determinado, a família tem o cuidado de justificar a falta do aluno e o professor é comunicado para que possa reservar a avaliação e aplica-la posteriormente, para o aluno que estava impossibilitado de comparecer.

Na Escola Municipal “Olegário Maciel” existe uma preocupação por parte da direção em não utilizar a famosa regra de três para o registro de notas, caso o aluno não tenha concluído o bimestre. Para estes, há uma solicitação para que o professor utilize as avaliações diagnósticas, fazendo assim, uma sondagem do conhecimento

prévio do aluno. Porventura este aluno não seja bem sucedido no processo de avaliação, são realizadas intervenções para que as dificuldades sejam sanadas.

Compreendemos que muitos métodos de avaliação, muitas vezes não conseguem definir com precisão o verdadeiro valor do conhecimento adquirido pelo aluno, mas estes métodos são necessários, cabendo a nós, torná-los menos desgastantes, e encontrar meios para avaliar o aluno na sua totalidade e não somente nos registros resultantes das avaliações.

Na rede municipal de ensino de Esmeraldas o ano letivo está organizado em bimestres, sendo as notas distribuídas em 25 pontos para cada bimestre, entre avaliações e trabalhos, com uma média de 15 pontos. Para os alunos que não alcançarem o desempenho satisfatório dentro da média determinada, são feitas intervenções e avaliações paralelas. Para os alunos que não forem bem sucedidos, são aplicadas as avaliações finais e se necessário os estudos autônomos, para que o educando possa alcançar dos 100 pontos determinados à média de 60 pontos exigida para que o aluno seja aprovado no final do ano letivo.

Em relação ao processo de avaliação dos professores e gestores do município de Esmeraldas, ressaltamos que a avaliação de desempenho não é muito frequente. Em determinado período a avaliação de desempenho foi aplicada pelo gestor aos funcionários, sem que estes obtivessem qualquer respaldo sobre a avaliação. Em outro período, após a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do município de Esmeraldas, uma comissão foi formada para junto com os gestores avaliarem os funcionários da escola e a comissão tinha a incumbência de avaliar os gestores.

Atualmente existem rumores de que a avaliação de desempenho será restituída de forma mais eficaz, pois esta é uma forma de diagnosticar o desempenho dos profissionais da educação para que intervenções possam ser traçadas em prol da qualidade da educação do município.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procuramos através deste trabalho, relatar a rotina da Escola Municipal “Olegário Maciel”, apresentando sua estrutura física e administrativa, o envolvimento entre alunos, funcionários e a comunidade escolar, que fazem parte do processo de ensino aprendizagem, sua dimensão pedagógica e o currículo que a define, caracterizando sua realidade e dificuldades, dentro das diretrizes desta Instituição de ensino de acordo com o Projeto Político Pedagógico.

Em seu texto, A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico, Oliveira (2005), descreve que:

As pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substantivas para a construção do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, uma vez que este nem sempre passa a representar *o corpo e a alma da escola*, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2005, p. 1).

Neste sentido é possível visualizar na culminância deste trabalho, a importância fundamental do Projeto Político Pedagógico, como um instrumento norteador para o desenvolvimento das atividades nas unidades escolares. É através dele que a escola traçará suas metas, seus planos e objetivos a serem desenvolvidos no decorrer do percurso, de forma estruturada e consolidada juntamente com a comunidade escolar, para que assim, possa ter a organização necessária para a efetivação de suas atividades.

Faz-se necessário à integração de todos, onde a direção, de forma democrática e participativa, estimule o envolvimento, abrindo os portões da escola, para que a comunidade participe efetivamente no processo de ensino e aprendizagem.

Cabe à escola, buscar meios para o desenvolvimento e consolidação do que é proposto neste trabalho, analisar o que está descrito, e desta forma, seguir as orientações que o definem.

## 9. REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 29/06/2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 29/06/2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/\\_da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/_da_educacao.pdf) . Acesso em 29/06/2014.

ESCOLA MUNICIPAL “OLEGÁRIO MACIEL”. **Projeto Político Pedagógico**. Esmeraldas, MG. 2014.

PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS. **Lei 2364**. Esmeraldas, MG. 2011.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 29/06/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 08/07/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.) **Avaliação**: o processo e o produto. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 29/06/2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 29/06/2014.

SACRISTAN, J. Gimeno, **O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática**; trad. Ernani F. da F. Rosa – 3.ed.- Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SPÓSITO, Marília P. **Educação, gestão democrática e participação popular**. In: BASTOS, J. B. (org.) **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15- 22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 29/06/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg).